

LINGUASAGEM

“LA NACIÓN ESPAÑOLA ES UN TROZO DE TIERRA”: SENTIDOS DE *ESPAÑA* NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA FRANQUISTA

Matheus França RAGIEVICZ¹

Resumo

Neste artigo buscamos explorar o processo de significação da designação “Espanha” no manual didático “El Parvulito”, usado amplamente na escolarização de estudantes em idade pré-escolar na Espanha franquista. Como aporte teórico, mobilizamos a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, bem como alguns conceitos da Semântica do Acontecimento, como designação e acontecimento. No que tange ao recorte analítico, foram selecionados do livro didático formulações que, associados à ordem administrativo-urbanística, estabilizassem sentidos de “Espanña” no discurso escolar. Então, a partir do gesto analítico pudemos encontrar um processo de hiperonimização em funcionamento, delimitando e subordinando as filiações discursivas (im)possíveis ao sujeito-aluno para (não) dizer a “Espanña”.

Palavras-chave: El Parvulito; Livro didático; Discurso; Espanha; Funcionamento hiperonímico.

Resumen

Nuestro objetivo en ese artículo es analizar el proceso de significación de la designación “Espanña” en el manual didáctico “El Parvulito”, utilizado ampliamente en la preescolarización de estudiantes en la España franquista. Para ello, nos basamos en el Análisis del Discurso (AD) con filiación en Michel Pêcheux, al igual que conceptos como designación y acontecimiento provenientes de la Semántica del Acontecimiento. En lo tocante a la selección analítica, fueron extraídas formulaciones lingüísticas que, en función del orden administrativo-urbanístico, fijaban sentidos a “Espanña” desde el discurso escolar. De ese modo, por medio del gesto analítico descubrimos el funcionamiento discursivo de la “hiperonimización”, que fue el objeto que delimitó y subordinó las filiaciones discursivas (im)posibles al sujeto-estudiante para (no) significar a España.

Palavras-chave em língua estrangeira: El Parvulito; Manual escolar; Discurso; España; Hiperonimia.

¡Viva España! ¡Viva Franco!

¹Doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (PPGLET/UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa Estudos do Texto e do Discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos – GPTD (UNICENTRO/UFPR). E-mail: matheusfrancar@gmail.com.

Ao longo do século XX a sociedade espanhola assistiu a eventos que marcaram profundamente sua dinâmica política, territorial e linguística. Um dos maiores acontecimentos do período foi, sem sombra de dúvidas, a chegada do general Francisco Franco ao posto de *caudillo* da Espanha, após a Guerra Civil (1936-1939). Como toda mudança nos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) e no Aparelho Repressivo de Estado (ARE) – no sentido althusseriano – acarreta outros modos de dizer e de fazer circular a palavra, nos lançamos a compreender como os sentidos de “Espanha” são formulados no discurso pedagógico franquista, mais especificamente, nos perguntamos como os sentidos de “Espanha” se formulam no livro didático “El Parvulito” (1965), largamente utilizado na educação primária de crianças espanholas entre as idades de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos na década de 1960.

Entendemos, a partir da leitura do livro, que distintas memórias históricas atuam na formulação dos sentidos de “Espanha”, por isso, na presente reflexão, decidimos privilegiar o discurso urbano e administrativo a fim de dar visibilidade aos processos discursivos que tornam possível a constituição do nome “Espanha”. Para tal, recortamos sequências discursivas que, baseadas no índice do livro, tematizam as noções de espaço, de cidade e de Estado. Desta forma, inscrevemos nossa reflexão na Análise de Discurso (AD) de linha francesa e mobilizamos as reflexões de Guimarães (2017) sobre o conceito de “designação”.

Dividimos o artigo em quatro seções. Na primeira, “A partilha do nome: uma via do sentido” buscamos compreender a partir de uma posição materialista, como o nome atende a funcionamentos linguísticos e discursivos; na segunda, “ ‘El Parvulito’: índice, saber e discurso pedagógico” apresentamos as condições de produção do material analisado, além de investigarmos como o índice do livro atua na regionalização e distribuição dos sentidos de científico no discurso pedagógico destinado aos estudantes espanhóis; na quarta, “ ‘Todos los que hemos nacido en España somos españoles’: o discurso do administrativo e do urbano na formulação dos sentidos de ‘Espanha’” apreendemos, a partir do nome “Espanha”, determinados funcionamentos discursivos; por fim, na última seção “Os nomes da Espanha” realizamos o fechamento do texto retomando e dando consequência aos principais pontos da trajetória analítica. Por fim, percorrendo tal trajetória, julgamos compreender processos discursivos que, produzidos como evidências, acabam constituindo regimes de verdade e práticas pedagógicas que

estacam a possibilidade do equívoco e do outro em sua realização material, assentando na subjetivação escolar sentidos hegemônicos e intransponíveis de “Espanha”.

A partilha do nome: uma via do sentido

Rancière em *A partilha do sensível* (2009) realiza uma incursão filosófica na qual busca pensar a arte e a política como papéis estéticos em que a *partilha* da experiência sensível conduz a formas de subjetivação política. Nessa direção, o político como estética em Rancière, longe de ser tomado como a concepção de manter as massas submetidas e interpeladas por regimes estético-políticos específicos – reformulando, em grande parte, a noção de “estetização da política” de Walter Benjamin-, pauta a captura da *experiência sensível comum* como laço compartilhado, sentido e experimentado. Segundo o filósofo francês: “A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (RANCIÈRE, 2009, p. 16). A partilha das experiências sensíveis não se dá do mesmo modo e indistintamente a todos os sujeitos que fazem parte do corpo social; antes, as atribuições de espaços, de lugares e de ocupações limitam quem pode participar das práticas artísticas e/ou políticas.

À vista disso, Rancière (2009, p. 17) nos dirá que as práticas estéticas são: “[...] formas de visibilidade das práticas da arte, do lugar que ocupam, do que ‘fazem’ no que diz respeito ao comum. As práticas artísticas são ‘maneiras de fazer’ que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade”. Portanto, Rancière promove uma reinscrição do primado da arte na prática política, mostrando que a estética atravessa formas, imagens, gestos, sentidos e palavras. O papel do artístico é, portanto, posto em destaque, uma vez que configura regimes de visibilidade e de participação política, nas quais os sujeitos sem *tempo e espaço*, podem, democraticamente, sair de suas posições e ocupar as cenas do debate público e da constituição de identidades cidadãs (RANCIÈRE, 2009). Rancière tira o político do seu lugar estanque, concebendo o simbólico como possibilidade de formulação material do diferente nas relações sociais. Há, portanto, na partilha do sensível, o trabalho do político atravessando a palavra. É neste ponto que nos pautamos para elaborar a direção que norteia nossa reflexão sobre o nome “Espanha”.

A palavra, mote do político enquanto meio de formulação no/do simbólico, diz respeito ao modo como a partilha das experiências se esparze no corpo social; tal partilha acontece regida pela divisão dos sujeitos, em lugares, ocupações e

revista **Linguagem**, São Carlos, v 40., n.01., 2021, p. 234-255.
ISSN: 1983-6988

temporalidades que, configurando a arte enquanto *deriva*, determina as formas de tomada da palavra e as possibilidades de enunciação do dizer. Trata-se, portanto, de considerar nas práticas de interlocução, a palavra como unidade cindida, partilhada e dividida em processos discursivos e ideológicos. Nessa direção, encontramos as posições materialistas de Pêcheux (2014a) e de Guimarães (2017) que nos permitem compreender a produção material do nome face à sua realização linguística e histórica.

Para compreender a materialidade da palavra em Pêcheux (2014a), devemos, antes, entender o processo de produção de sentidos como marcado por, ao menos, duas questões-chaves: a ideologia e a língua. Segundo o filósofo francês, a ideologia funciona como princípio que mascara a materialidade do sentido, isto é, o sentido se apresenta como transparente ao sujeito e as palavras são partilhadas a partir de sua plasticidade. Portanto, é justamente porque a ideologia “[...] fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc. [...]” que a palavra irromperá diante do sujeito como evidência unívoca, posto que são as “[...] evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” (PÊCHEUX, 2014a, p. 146).

Pela reflexão de Pêcheux, a palavra em sua transparência manterá uma relação de evidência com o que designa, de tal modo que o sujeito no gesto de dizer terá que ceder à eminência do interdiscurso e das formações discursivas para que a palavra possa ser regionalizada na memória discursiva e em condições de produções específicas. Sem a evidência, a palavra não encontra materialidade na relação língua/ideologia e, tão pouco, será capaz de evocar as marcas que afeioam seu traço, seu movimento e sua existência na história. Assim sendo, a ideologia, pelo efeito inescapável da evidência do sentido e da transparência da linguagem, dará formas e agregará desígnios e vontades à palavra. Ainda que não tenha se detido especificamente na reflexão sobre o nome, Pêcheux apresenta pistas valiosas para pensarmos o gesto de nomear. A língua, como base para os processos discursivos, desempenhará um papel determinante para a realização material do nome, dividido pelo político e marcado ambivalentemente pela ideologia.

A língua em Pêcheux, não pode ser referida sem menção às noções de real e de equívoco. Em obra escrita em conjunto com Gadet (2004), Pêcheux dá consequências à noção de real da língua – o ponto de partida está em Milner (2012)-, em que atribui à língua um real específico, o impossível. Desta forma, Pêcheux rompe com a

revista **Linguagem**, São Carlos, v. 40., n.01., 2021, p. 234-255.
ISSN: 1983-6988

interpretação corrente da língua em sua realização lógica, sistêmica e funcional ao atribuir-lhe um estatuto que prescindir do logicismo e do sociologismo. O *furo* da lógica, nessa direção, é possível pelo equívoco. No equívoco, “[...] todo enunciado es intrínsecamente susceptible de convertirse en otro que él-mismo, de separarse discursivamente de su sentido para desviarse hacia otro (salvo si la interdicción de interpretación propia a lo lógicamente estable se ejerce explícitamente sobre él)” (PÊCHEUX, 2014b, p.16).

Como percebemos, se de um lado, a evidência (efeito imaginário da ideologia) e o logicamente estabilizado se impõem na formulação do dizer, de outro, não há nada que assegure que o equívoco, o impossível ou a falha possam romper a uniformidade lógica ou a plasticidade ideológica. Olhar a língua, a partir de Pêcheux, considerando a ideologia e o materialismo histórico, é notar que para haver a *movência*, a palavra se materializa na tensão entre a estabilização e a deriva do sentido. Assim sendo, para apreender o processo de formulação do nome e os sentidos que lhe são atribuídos no transcurso, devemos olhar para o sistema de substituições (metáforas), paráfrases e sinonímias que se apresentam na materialidade linguística (PÊCHEUX, 2014a), considerando os efeitos da ideologia na base da língua. Considerando tais posições, buscamos em Guimarães (2017), portanto, uma reflexão em que se considere especificamente o nome, ou melhor, como a palavra designa *algo*. Nessa direção, o conceito de “designação” consiste numa interessante direção para considerar a materialidade do nome, em sua realização semântico-discursiva.

Guimarães em *Semântica do Acontecimento* (2017) instaura uma perspectiva outra para a análise do processo semântico de designação de nomes (de pessoas, de ruas, etc.) no interior da Linguística. Levando em conta a enunciação, o sujeito enunciador e a materialidade do simbólico na constituição das relações de linguagem, o pesquisador marca a diferença ao, no campo da Semântica do Acontecimento, lançar outro olhar sobre a relação entre nome e objeto nomeado. A discussão encetada por Guimarães inova ao redefinir as particularidades do processo de nomeação, optando pela *designação* como processo distinto à nomeação e à referência (GUIMARÃES, 2017). O autor defende que:

A *nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...] A *designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação

enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2017, p. 12, grifos do autor).

Deixando de lado a posição de que o nome nomeia de forma abstrata e unívoca um objeto no mundo, Guimarães passa a entender a *designação* como processo que, exposto ao real da história (contradição), encontra terreno no simbólico para se realizar. A forma material da designação atende a processos históricos, linguísticos e ideológicos que não estabilizam, homoganeamente, um nome a um referente. A leitura que Guimarães faz do nome em Rancière é posta à serviço da concepção de *designação*. Em Rancière (2014) *os nomes identificam objetos*, isto é, não são formas de classificar ou etiquetar o mundo, são significações que se determinam na relação com o político. Sendo assim, o plano de fundo do conceito de designação é, conforme Guimarães, o simbólico, uma vez que “podemos referir algo como a palavra *pedra* porque a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los” (2017, p. 13). No acontecimento da linguagem são instauradas as cenas e as temporalidades nas quais a designação demonstra como um nome produz sentidos.

Nos deparamos justamente nesse ponto, no nó que entrelaça o funcionamento do nome partindo das contribuições de Rancière, Pêcheux e Guimarães: o nome forma a partilha das identidades, possibilita aos sujeitos habitar processos de subjetivação específicos, sem, todavia, sequer notarem os mecanismos que, no gesto de nomeação e do projetar-se como interlocutores, funcionam para que o nome seja uma unidade dividida, heterogênea e posta constantemente em disputa. Entendemos, assim, que o nome possui uma materialidade que é histórica, simbólica e, sobretudo, política. O nome, portanto, atesta a força da significação existente na tensão entre o evidente, o diferente e o impossível. Partindo desse lugar, passamos a lançar o olhar para as derivas do nome “Espanha” designado no manual escolar “El Parvulito”, importante instrumento de atestação da ditadura franquista na década de 1960 na Espanha.

“El Parvulito”: índice, saber e discurso pedagógico

Após a Guerra Civil (1936-1939), Francisco Franco Bahamonde ou simplesmente *Franco*, general que comandou a vitória dos nacionalistas sobre os republicanos, deu passo a uma ditadura que sobreviveu por mais de quarenta anos e

terminou institucionalmente pouco depois da morte do *caudillo* (como Franco era conhecido à época). O Estado instaurado nesse período se caracterizou, conforme Hernández Burgos (2012) pelo apelo fascista, nacionalista e católico. Nas palavras do pesquisador: “El Estado franquista entendió que ser católico y ser español formaban parte de la misma idea y que, por tanto, no sólo no eran incompatibles sino indesligables” (HERNÁNDEZ BURGOS, 2012, p. 129). Hernández Burgos qualifica o Estado franquista como um projeto nacional-católico na medida em que trouxe para o centro da constituição da identidade espanhola, a religião católica como determinante para as atitudes patrióticas. Nessa lógica, o autor (2012, p. 120) aponta que:

[...] no debemos minusvalorar la importancia que la familia o la escuela tuvieron como instrumentos de transmisión del modelo de nación defendido por el Estado Franquista. Los manuales escolares, la presencia del crucifijo o la inculcación de determinadas ideas en el ámbito del hogar resultaron fundamentales en la (re)nacionalización.

Dirigindo nossa atenção ao manual escolar “El Parvulito” poderemos dar consequências às afirmações de Hernández Burgos. O livro didático em análise passou a circular no universo escolar espanhol no ano de 1959, logo após ser aprovado pela comissão de censura de Zamora (1955) e pelo Conselho Nacional de Educação (1958). Conforme Rodríguez Álvarez (2007), o livro destinado a crianças de quatro a cinco anos, possuiu tamanha força na formação educacional espanhola que seu uso se estendeu e adentrou o período de democratização da Espanha (pós-1978). Ainda que “El Parvulito” consistisse no instrumento preponderante na educação de crianças em fase de “leitura vacilante” – definição do autor do livro, Alvaréz Pérez -, foi sob os moldes das “Enciclopédias” destinadas ao ensino primário, secundário, médio ou profissional, também de autoria de Alvaréz Pérez, que o projeto de educação franquista encontrou também uma via profícua e determinante de acesso à escola.

No caso específico de “El Parvulito”, o livro reserva uma linguagem com níveis de abstração compatíveis para o ensino de crianças em idade pré-escolar, no entanto, os conteúdos temáticos, as atividades de leitura, de escrita e de desenho não incitam minimamente a formação de saberes críticos, já que se reduzem à reprodução mimética de dizeres e atitudes tidas como dominantes à época e necessárias à formação de um país nacional-católico. Na versão em que tivemos acesso (edição 80, 1965), o livro é composto por aproximadamente 120 páginas e de 54 capítulos. Cada capítulo

compreende duas páginas e é composto por um pequeno texto, ilustrações, atividade de copiar frases resumidas do texto, além de trazer no eixo final, o que Álvarez Pérez (1965) classifica como atividades para “Formação do Espírito Nacional”. Em cada capítulo há ilustrações das mais diversas ordens, ainda que as de cunho religioso sejam as mais comuns. Isso é reflexo da própria divisão dos conteúdos presentes no livro, já que os conteúdos catequéticos possuem um lugar de destaque. Outras temáticas mobilizadas dão conta de conhecimentos matemáticos, linguísticos, históricos, biológicos e geográficos. A fim de melhor demonstrar as condições que possibilitam a formulação do nome “España” e os sentidos que orbitam ao seu entorno no livro, passamos a uma pequena análise sobre o índice.

INDICE	
<u>PAGINA</u>	<u>PAGINA</u>
Prólogo	7
Dios Creador	8
La escuela	10
La casa y la familia	12
Adán y Eva	14
Vida de los primeros hombres	16
La Naturaleza	18
El pueblo	20
Montañas, valles y ríos	22
Productos de mi pueblo	24
Los tres reinos de la Naturaleza	26
Noé y sus descendientes	28
Los romanos.—Viriato	30
Sólidos, líquidos y gaseosos	32
Los meteoros	34
El pueblo de Dios	36
Los árabes.—El Cid	38
San Fernando	40
Los minerales.—El agua y el aire	42
Nace el Salvador	44
Los puntos cardinales	46
Los vegetales	48
A mi mamá	50
Flores, frutos y semillas	52
Los Reyes Católicos	54
Enseñanzas y milagros de Jesús	56
La provincia	58
Descubrimiento de América ...	60
La Comunión	62
El mentiroso	64
Los animales vertebrados	66
Animales invertebrados	68
El Imperio	70
España	72
Justo y Pástor	74
Ríos y montes de España	76
Producciones de España	78
Jesús condenado a muerte ...	80
Las abejas	82
El Siglo de Oro	84
Las hormigas	86
Resurrección y Ascensión	88
La Tierra	90
Guerra de la Independencia ...	92
El cuerpo humano	94
La Confesión	96
Ramón y Cajal	98
Los alimentos	100
Digestión, circulación y respiración	102
Sol, Luna y estrellas	104
Los sentidos corporales	106
El Alzamiento Nacional	108
Propagación del Cristianismo..	110
Luz y calor	112
Franco y José Antonio	114

— 116 —

Figura I – Índice²

² Fonte: Álvarez (1965).

Numa leitura provisória, já podemos encontrar algumas similaridades com as posições defendidas por Hernández Burgos (2012). A existência de conteúdos de cunho religioso chama a atenção, uma vez que sua presença e predominância deixam um lugar secundário ao que, imaginariamente, pressupomos que deve ser ensino e aprendido na escola: fatos, conhecimentos e saberes da ordem do científico. A fim de compreender melhor o funcionamento do índice que, em certa medida, determina as próprias condições da formulação do nome “Espanha” em seu interior, tomados como leme a reflexão de Guimarães (2017) sobre índice de revistas.

No primeiro capítulo de *Semântica do Acontecimento*, Guimarães além de explicitar a formulação do conceito de designação, nos apresenta seu entendimento sobre no que consiste o acontecimento e a temporalidade que se instaura com ele. Para tanto, como modo de exemplificar sua tomada de posição, o autor realiza uma análise do índice de uma edição da Revista Veja, publicada em princípios de 2001. Debruçando-se especificamente sobre a seção Brasil, Guimarães (*idem*, p. 17) aponta para o funcionamento do índice na temporalização do acontecimento, afirmando que:

O índice não é uma mera indicação de onde algo está. É uma indicação que passa pelo sentido que o acontecimento construiu. Deste modo, o índice é uma instrução de como interpretar tanto um modo de chegar à matéria, como a própria construção de algo como notícia, que para ser notícia é constituído por uma temporalidade específica.

Em nosso caso, o índice não lista uma série de notícias a partir de seções temáticas. Há, em “El Parvulito”, um recorte operado sobre o discurso pedagógico franquista para composição, distribuição e organização dos conteúdos indiciados no índice. O livro, desta forma, consiste no instrumento que dita o ritmo, a aprendizagem e a ação educativa durante um ano letivo. Explicita as *coisas* a serem ensinadas e aprendidas. Nesse ponto, encontramos funcionando a temporalidade do acontecimento tal como é definido em Guimarães (*idem*, p. 16): “O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro”. Ancorando-nos na teorização do pesquisador, podemos entender que o presente do acontecimento, na enunciação do índice, refere-se à ordenação e classificação dos conteúdos, isto é, primeiro, um capítulo que trata da

deidade católica, seguido de unidades sobre a escola e a família e assim por diante. O passado convocado ao presente do acontecimento do índice, apresenta as condições de elaboração e de seleção do conteúdo a ser ensinado, assentando a própria organicidade e ordenamento das unidades. Nesta presentificação do passado, há o trabalho da memória discursiva das práticas políticas e sociais do período franquista, que faz com que o índice se signifique num emaranhado de fatos *imaginariamente* sem conflitos entre si para o sujeito-escolar: religião/ciência, misticismo/história, verdade científica/moral. Em seu próprio funcionamento, há um apagamento da contradição (no sentido da Análise de Discurso) que constitui o memorável da enunciação e faz com que, aparentemente, uma unidade como “Adán y Eva” não apresente nenhuma estranheza ao ser procedida por “Vida de los primeros hombres”. Derivando disso, há um conjunto de elementos contraditórios que, ao se instaurarem na prática escolar, silenciam a própria natureza dissonante de sua constituição. Se Adão e Eva foram os primeiros *homens*, como seus antecessores/descendentes viveram em “cuevas y chozas”? Havia um lugar à humanidade antes do *paraíso*? O *paraíso* era um lugar com “cuevas e chozas”? As perguntas parecem descabidas, mas compreendendo que o material era utilizado na educação de crianças na faixa etária de cinco anos, vemos como a latência do futuro do acontecimento do índice abre espaço para que as contradições aparentemente “solucionadas” na organização e sequência dos conteúdos, possam ressoar numa possível leitura.

Portanto, há no índice uma indistinção entre ciência e religião, com a primazia da segunda sobre a primeira, tornando a escola espanhola um lugar catequético e da moral cristã. A vinculação entre a ciência e a catequese, pelo recorte significativo da memória, produz um efeito imaginário de coexistência e não-contradição, permitindo que discursos da ordem católica com personagens bíblicos (Viriato, Jesus) atribuam ao recorte da ciência (natureza, minerais, meteoros), um funcionamento indistinguível. Na atualidade do acontecimento, projetado para o futuro, o modo do vir a estudar/ler as unidades, abre o acontecimento para a determinação dos discursos dominantes à época. O índice, longe de apresentar várias possibilidades de leitura/trabalho didático, programa e uniformiza o planejamento escolar, já que não é possível começar pela unidade “Enseñazas y milagros de Jesús” sem antes os alunos haverem estudado “Dios creador”. A normatividade do livro, refletido em seu índice e nas suas atividades, mais contribui para secundarizar os ensinamentos ditos científicos (geografia, biologia, escrita e

matemática) e tornar o catequético – efeito da projeção futura do acontecimento - como preponderante e determinante na formação das crianças.

Apesar de não adentrarmos na textualização em si de cada capítulo, entendemos que o acontecimento do índice, recortando um passado memorável e apontando para uma projeção do futuro interpretativo (GUIMARÃES, 2017), só é possível graças às suas condições de produção, isto é, às práticas da ditadura franquista e de seu projeto de Estado nacional-católico. Partindo desse olhar, passamos a compreender como o próprio processo de designação de “España” e de seus sentidos se faz possível no interior do livro. Para cumprirmos nosso objetivo, escolhemos algumas unidades para análise, são elas: “El Pueblo”, “La provincia” e “España”. Como critério de recorte, priorizamos a relação de hiperonímia e hiponímia que identificamos no índice entre alguns nomes (“Pueblo” < “Provincia” < “España”). A partir da seleção temática, buscamos visualizar especificamente como os discursos urbano e administrativo funcionam na formulação dos sentidos de “España” e na própria possibilidade de constituição desse nome no livro posto em análise.

“Todos los que hemos nacido en España somos españoles”: o discurso urbano e administrativo na formulação dos sentidos de “España”

Para tentarmos compreender os sentidos produzidos pela palavra “España” e o próprio gesto que possibilita sua designação, examinaremos três Sequências Discursivas (SDs) que recortamos a partir de nosso gesto de interpretação. O critério utilizado na seleção das SDs foi a relação que encontramos no índice de nomes que formam uma cadeia parafrástica de substituições, isto é, por meio do processo semântico de hiperonimização há a instauração de uma cadeia significativa que constitui o caminho para certos sentidos de Espanha. A cadeia significativa é formada inicialmente por substantivos comuns (*pueblo*³ - cidade, *provincia* – Estado) e, em sua sequência, por um nome próprio (*España* – Espanha). A especificação dada no movimento de designação em que um substantivo comum é sucedido por um substantivo próprio, faz por analogia

³ Em consulta ao dicionário on-line da Real Academia Espanhola, responsável pela *celebração* de uma *norma comum* espanhola, encontramos as seguintes definições para “Pueblo”: “1. m. Ciudad o villa; 2. m. Población de menor categoría; 3. m. Conjunto de personas de un lugar, región o país; 4. m. Gente común y humilde de una población; 5. m. País con gobierno independiente” (RAE, 2020). Disponível em: < <https://dle.rae.es/pueblo?m=form>>. Como notamos, as primeiras acepções de “Pueblo” o definem como organização urbana de pequeno porte, isto é, uma cidade com proporções habitacionais pouco expressivas. Como veremos adiante, a *cidade* no imaginário posto em cena no discurso pedagógico, projeta uma generalidade que faz ver uma “Espanha” uniformizada e, tipicamente, interiorizada.

funcionar uma relação hiperonímica (o nome de sentido *genérico* se desdobra em outro, de sentido *específico*). A fim de nos debruçarmos sobre o exposto, mobilizamos como dispositivo de leitura a noção de paráfrase para AD. Por meio do processo parafrástico, isto é, da série de substituições, sinónímias, etc., que determinadas por uma formação discursiva (PÊCHEUX, 2014a), poderemos apreender o gesto de nomeação de “Espanha” em razão de uma série de sentidos que se colam à materialidade da palavra no processo de designação.

SD1

“El Pueblo”

Los pueblos están formados por varias familias que viven en un mismo sitio. Para gobernar los pueblos está el Ayuntamiento y el jefe del Ayuntamiento es el Alcalde. Además del Alcalde, otras personas importantes de los pueblos son: el Juez, el Sacerdote, el Maestro y el Médico. Todos los que vivimos en un mismo pueblo somos vecinos y debemos querernos y ayudarnos unos a otros. Las tierras que hay alrededor de las casas del pueblo pertenecen a él y forman su término municipal (ALVÁREZ PÉREZ, 1965, p. 20).



Figura 2 – El Pueblo⁴

A unidade intitulada “El pueblo”, assim como as demais unidades, atende ao padrão descrito anteriormente para os demais capítulos que fazem parte do livro, com atividades padronizadas e definidas de leitura, escrita (cópia) e desenho. A unidade

⁴ Fonte: Pérez Álvarez (1965).

começa com o título sobreposto a uma tarja negra e, em sequência, há uma imagem. No caso do capítulo “El Pueblo”, a imagem (Figura 2) que teria por função “representar com verossimilhança” a cidade à criança, está composta por desenhos de prédios que, como ícones, evocam o imaginário do espaço urbano. Ao lado do perímetro urbano, há uma ponte e um rio; ladeando toda a cidade e seu entorno, há árvores; ao fundo da imagem, há montanhas. A gravura é reproduzida com muita cor e sem, no entanto, apresentar sujeitos, fazendo com que a cidade seja representada apenas por uma estrutura urbana (prédios, ruas) e um contorno rural (campos, montanhas, rio). Precedendo à imagem, há o texto (SD1) usado como instrumento semântico de significação da cidade.

Logo de início, a formulação “Los pueblos están formados **por varias familias**” introduz a determinação enunciativa “por varias familias” como unidade de cidade, isto é, a base de formação da cidade são as famílias que habitam esse espaço “viven en un mismo sitio”. Ao mesmo passo, se nos atermos ao funcionamento dessa determinação, o constituinte “familia” é, também, ele mesmo, determinado pela unidade administrativo urbana que conforma a cidade, portanto, trata-se de uma determinação de via dupla (família/cidade – cidade/família). Como consequência, a generalidade do enunciado tenciona uma vagueza que funciona discursivamente como indistinção na significação de “familia”, pois deixa entreaberta perguntas como: quem são essas famílias? São famílias nucleares, mononucleares, comunitárias? Que classe de família forma o espaço citadino? Qualquer família pode habitar o espaço urbano? Em suma, o que se aceita e se exclui da significação de família? A indistinção parece delegar ao imaginário social predominante à época, as respostas das indagações elencadas. Como instrumento de escolarização, a autoridade do professor passa a valer como argumento aos questionamentos indistintos, seja pela via da afirmação de posições dominantes (frutos do Estado nacional-católico) ou da própria violência⁵ (interditando a circulação do sentido e deixando ao imaginário franquista o papel de resposta *conciliadora*). Nas relações sociais em épocas franquistas, os sentidos (evidências ideológicas) firmemente calcados na escolarização serviam de reforçadores ao imaginário que existia dentro/fora do âmbito escolar.

⁵ Práticas de violência física eram comuns nas escolas franquistas; seu uso era respaldado pela escola e pela família (Cf. Milito Barone, 2019).

Por outra parte, também é válido pensar nos liames da (in)determinação de “família”, que se atravessam na produção de sua significação. Na formulação da SD1 se apaga a contradição na medida em que se oblitera a diferença entre parentesco (constituição da unidade familiar) e a cidadania (subalternidade). Portanto, uma outra determinação enunciativa comparece para *costurar* as amarras deixadas soltas: o *nacionalismo*. Como veremos ao longo das SDs, o nacionalismo estanca as derivas significantes para que, sob sua égide, a nação se imponha como *coesão* das unidades administrativas recortadas em designações como sujeitos, família, cidade.

Ao longo da SD, a cidade-família ganha seus contornos: a administração da *urbs* aparece. O espaço urbano, desta forma, deve ser ordenado/governado. Para tanto, há a prefeitura (*ayuntamiento*) e um locutor que preside esta instituição, o prefeito (*alcalde*). Outros sujeitos (personificados) surgem como elementos indispensáveis à organização urbana e à sua própria constituição, a saber, o juiz, o padre, o professor e o médico. Ainda que na relação cidade-família haja a significação indistinta de família, a regência da cidade aparece delimitada semântica e discursivamente: funciona com sujeitos investidos de poderes divididos e ordenados. As relações que daí advém fazem significar uma hierarquização marcada na própria língua, em que os sujeitos responsáveis pela organização administrativo-urbana são fortemente personificados e enumerados hierarquicamente por lugares sociais e de poder como prefeito, padre, professor, médico, juiz e, em outra ponta, estão os habitantes do cotidiano, demarcados num conjunto indistinto por família. O cume do processo, se nos atentarmos às condições semânticas de hiperonimização é, muito possivelmente, Franco, posto que cada sujeito se dedica à *curadoria* de uma das unidades: padre/igreja, professor/escola, médico/hospital, prefeito/prefeitura e assim por diante, até chegarmos a Franco: Franco/“Chefe da Espanha”.

No entanto, ainda que apareça de modo pouco evidente, a hierarquização das relações urbanas é enunciada com uma necessidade de laço de solidariedade, isto porque os habitantes da cidade são vizinhos (*vecinos*) e, por compartilhar tal relação, devem amar-se e ajudar-se um ao outro. Aqui passa a circular o sentido da ordem cristã em que a compaixão, a fraternidade, a benevolência e o perdão passam a revestir as relações cidadinas como *dever*. Há o apagamento de todo o conflito que faz parte da constituição simbólica da cidade em sua repetibilidade e (des)organização. As relações sociais são apresentadas como moldes, deveres entre famílias-vizinhas, excluindo dessa

convergência os que não se enquadram nessas posições, uniformizando o espaço, os sujeitos e a própria possibilidade de significar a diferença.

Por fim, há menção na SD1 ao território ao redor do centro urbano (como representado na imagem), “as terras” (espaços não urbanizados). As terras, conforme a sequência linguística, são parte territorial também sobre autoridade do prefeito (*término municipal*). O que se exclui na formulação do enunciado é a presença dos sujeitos no rural, tipicamente *representados* pela produção agrícola e pecuária. O vazio deixando é, posteriormente, preenchido pelo enunciado “Muchos hombres de mi pueblo se dedican a cultivar la tierra y a crear ganado” presente no capítulo subsequente a “El Pueblo”, “Productos de mi Pueblo”. Ainda assim, a oposição entre cidade x terras (rural) continua produzindo efeitos na determinação do encaixe sintático na SD1. Embora trate-se de um texto dirigido a crianças, a significação de “España” é determinante para subjetivação do estudante e na manutenção dos dizeres sobre a Espanha, presentes no livro didático. Por meio do processo de repetição histórica encontramos o desdobramento do discurso urbano e administrativo se constituindo em pares como cidade-família, cidade-prefeitura, cidade-prefeito, cidade-juiz, cidade-padre, cidade-professor, cidade-médico, famílias-vizinhos, vizinhos-solidariedade, cidade-rural. São esses pares-comuns que passam a constituir os sentidos do nome Espanha.

Como examinamos, “*Toda a Espanha possui cidades*” produz um efeito de universalização que se apresenta como implícito no texto a partir de uma hiponímia (cidade) em relação ao nome específico (Espanha). Essa cadeia hiperonímica, longe de ser *inocente*, tenciona o sujeito-escolar no processo de aprendizagem a vincular-se a essa rede de significação e, na subjetivação, atender à obediência, à subordinação e à submissão daqueles que estão no topo dessa cadeia, isto é, *Franco-Deus*.

SD2

La provincia

Muchos pueblos reunidos forman una provincia. El jefe de la provincia es el Gobernador Civil. Mi pueblo pertenece a la provincia de... La capital de mi provincia es... y los productos principales que se dan en ella son... Por mi provincia pasa el río... y su monte más importante es... (PÉREZ ALVARÉZ, 1965, p. 58)



Figura 3 – La provincia⁶

A unidade “La provincia”, assim como a anterior, possui o título sobreposto em uma tira negra, seguido de uma gravura. Nesse caso, temos o mapa de Zamora - ao noroeste da Espanha (Figura 3). A representação espacial conta com linhas imaginárias delimitando as fronteiras dos territórios municipais, as cidades mais importantes, as rodovias, os rios, além de ícones ilustrando os principais produtos da atividade econômica (trigo, uva e geração elétrica). O ponto central na gravura indica ou parece indicar a capital da província (não há referência textual). Na sequência da gravura, há o texto que compõe a SD2.

Diferente da unidade anterior, aqui aparecem espaços de estabilização que devem ser preenchidos pelos estudantes. As reticências da atividade marcam o lugar em que a voz (estabilizada) do estudante pode se fazer presente para reproduzir um imaginário hegemônico e estereotipado sobre a “provincia”. Por isso, Zamora, por exemplo, se significa como a terra *da uva, do trigo* (conforme a imagem). Os determinantes semânticos que preencherão os espaços lacunares, desta forma, passam a compor a relação sujeito/espaço, já que as evidências ideológicas dão base ao(s) imaginário(s) possível(is). Portanto, a abertura das reticências convoca tais evidências, uma vez que no processo de nomeação dos elementos instados no texto, se assentam as

⁶ Fonte: Pérez Álvarez (1965).

evidências primeiras (divisões e delimitações territoriais) sobre o que é o *Estado* na sua relação com o discurso urbano e administrativo.

Para estabilizar os sentidos de Estado parte-se de uma quantificação indefinida (*muchos pueblos*) que multiplicada e estendida, incorpora o Estado e suas unidades divididas administrativamente. Assim como “cidade” estabiliza suas relações por meio da generalidade de sua formulação simbólica e dos laços que os sujeitos *deven* compartilhar entre si, o Estado surge como unidade maior (territorial, populacional e hierárquica) que uniformiza *trozos* da Espanha. Em consonância com o discurso administrativo, o Governador Civil surge como figura que rege, governa e chefia o Estado, assegurando seu funcionamento e estabilidade, assim como faz o prefeito na cidade. Chama a atenção a relação de hiponímia e hiperonímia que volta a compor a formulação: *muchos pueblos* se especificam em *Estado*; *mi pueblo* (determinado pelo possessivo) se especifica em *provincia*; *capital* é especificador de *provincia*; *provincia* é especificado por *rio* e *monte*. Por mais que o processo hiperonômico seja a esteira da produção discursiva, este se rompe na sequência textual, quando depois da resposta à capital o enunciado “y los produtos principales que se dan en ella son...” passa a significar-se numa ambiguidade lexical, isto porquê a retomada textual por anáfora, pode tanto ser *la capital* ou *la provincia* (*se dan en ella*). O pronome feminino *ella* não retoma num efeito de *literalidade* o elemento anterior, abrindo margens para que outros sentidos possam surgir no texto, haja vista a quebra de linearidade do rito de enunciação. Porém, se considerarmos como autoritárias as práticas pedagógicas franquistas, a ambiguidade não constituirá uma deriva para a subjetividade do sujeito (GADET; PÊCHEUX, 2004), mas seu ponto de supressão.

Na SD2, apreendemos o funcionamento discursivo do discurso do urbano e da administração funcionando na estabilização e na substituição de nomes e sentidos. Se de um lado a estrutura administrativa aparece invariável e definitiva (o Governador é responsável pelo Estado, o Estado possui várias cidades) de outro há uma estrutura pré-definida e universal, na qual os elementos administrativos (nome de Estado e de capital), geográficos (nomes de rio e monte) e industrial/agrícola (principais produtos) podem ser substituídos numa relação econômica e urbana já institucionalizada. Os nomes, portanto, passam a ser a metáfora que não desliza, que se presta ao estabelecido e ao já-dito pelo Estado espanhol. Todo Estado possui então *ciudades*, *governador*, *capital*, *rio*, *monte* e *produção econômica* (agrícola), logo, qualquer organização que

não universalize essas relações, não é um *Estado* e nem é *Espanha*. Levando em conta a significação de cidade, vemos que as cidades-famílias são a base de sustentação do Estado, já que o constituem em sua estrutura, divisão e funcionamento social/linguístico.

Acerca disso, também é válido salientar como a organicidade entre o natural e o social atua na relação significativa com Espanha. A relação de iguais entre os espanhóis é realizada a partir da delimitação e nomeação de recursos naturais comuns a cada grupo como rios, montes, bem como pela espacialidade geográfica (os vizinhos). Os vizinhos, nesse fio enunciativo, também se constituem como partes da unidade cidade-família, cidade-estado etc., que se subordina a chefes hierarquizados. Nesse movimento, se apaga a contradição entre jurídico, religioso, educacional, administrativo, fazendo com que os AIEs funcionem, no discurso do livro didático, como um todo organicamente coerente e absoluto. Logo, Espanha também se significa nessa organicidade, apagando fronteiras e borrando significações.

À vista disso, ainda que as abstrações utilizadas no livro didático sejam com o propósito de “ensinar” crianças, há uma especialidade própria da ideologia na materialidade dos nomes. Nas reticências, espaço de fala do sujeito aluno, tende-se a permitir ao professor desempenhar seu papel de mestre da palavra, atribuindo respostas unívocas às perguntas deixadas em branco. São as evidências ideológicas coladas no imaginário social pela prática autoritária franquista que surgem como lugar de interpretação. A relação família-cidade-Estado passa a compor, deste modo, a rede parafrástica que conduz à possibilidade de formulação do nome Espanha, como veremos adiante.

SD3 Espanña

Todos los que hemos nacido en España somos españoles. España es nuestra Patria. La nación española es un trozo de tierra muy grande que está dividido en 50 provincias. España limita al Norte con el mar Cantábrico y con Francia; al Este, con el mar Mediterráneo; al Sur, con el Mar Mediterráneo y con el océano Atlántico y a Oeste, con Portugal y el océano Atlántico.



FIGURA 4 – Espanha⁷

O fim de nosso percurso interpretativo leva-nos à unidade “Espanha”. Abaixo do título padrão, encontramos um mapa da Espanha uniformizado pela cor amarela (Figura 4) Embaixo, há um pequeno mapa ampliado designando as Ilhas Canárias. Não há representação de Estados ou cidades, apenas o efeito de unidade e de uniformidade que integra imaginariamente a Espanha. A SD3, em contraste com a imagem, nos dá outra direção.

De início, há um paralelismo argumentativo entre *España, pátria e españoles*. O atributo *espanhol*, como adjetivo pátrio, produz sentidos a partir da relação que se estabelece entre nascimento e pátria. Portanto, o ato de nascer no território espanhol garante, então, automaticamente o atributo pátrio? Tal indagação nos conduz ao menos a dois lugares; o primeiro, possível em interpretação, mas demolido nas relações franquistas, dá a entrever que todos que nasçam na Espanha, serão espanholes, no entanto, a própria indistinção surge como deriva, porque uma categoria pátria como “espanhol”, não pode ser vestida por todos, só pelos *patriotas nacional-católicos*; a segunda deriva interpretativa encontra no enunciado “*La nación española es un trozo de tierra muy grande que está dividido en 50 provincias*” há explicação para a relação

⁷ Fonte: Pérez Álvarez (1965)

nascimento/espanhol/pátria. A nação espanhola, *única* e *singular* em seu gênero, encontra no discurso geográfico e administrativo seus sentidos, isto é, de um lado a nação é toda sua extensão de terra (*sua propriedade*) e, de outro, a repartição administrativa desse conjunto morfológico de relevos, climas, rios e montanhas, atribui às províncias seus papéis. A nação se divide, isto é, se hiponimiza em unidades menores, menos específicas. Assim, se em “*España es nuestra pátria*” o conjunto de possuidores são os espanhóis. A resposta para quem recebe esse atributo está no elo formado pela cadeia parafrástica que permite a uma unidade menor (hiponímia) se especificar em outra (hiperonímia). Deste modo, na relação parafrástica família-cidade-Estado-Espanha, percebemos o processo de evidência ideológica da relação do nome “Espanha” com o elemento que o designa, “família”, ou seja, a família das relações católicas com *deveres* e *obrigações* morais com seus iguais (as outras famílias católicas). Essa relação parafrástica que paulatinamente é tomada por afirmações universais e indeterminadas “*Todos los que...*” “*nuestra Patria*” faz funcionar no eixo de formulação sentidos aparentemente já-ditos, estabilizados, evidentes e conformados no universo discursivo da criança em idade de escolarização.

Em outras palavras, *quem é espanhol, o quê é Espanha, como são os espanhóis*, são perguntas que não precisam de respostas, porque encontram um universo logicamente estabilizado (PÊCHEUX, 2014b) no qual os sentidos se impõem pela univocidade. Por isso, a delimitação de Espanha pelos seus limites territoriais (*limita al Norte, al Este, etc.*) se faz com mais detalhes e precisão; os discursos administrativo e geográfico servem como indício de um saber que deve ser cultivado e defendido: as fronteiras da Espanha são estas, elas fazem da Espanha o que é, um pedaço de terra com cinquenta Estados, dezenas de cidades e inúmeras famílias; famílias que, aliás, estão na base própria da constituição do discurso urbano e administrativo, seja *determinadas* por ele ou o *determinando*.

Os nomes da Espanha

Retomando a discussão que nos trouxe aqui, sobre o nome “Espanha” e suas condições de formulação, encontramos no trajeto analítico marcas que permitem a elaboração material de “Espanha” em relações ideológicas, subjetivas e linguísticas. O nome Espanha, portanto, designa uma série de relações que refletidas no ensino primário, dão corpo a sentidos e dizeres predominantes da época do franquismo. É no

revista **Linguagem**, São Carlos, v. 40., n.01., 2021, p. 234-255.
ISSN: 1983-6988

entorno escolar e na necessidade de um ensino padronizado, regulado e mimético que as condições de formulação da designação se assentam e passam a trabalhar a partir de um processo parafrástico que toma forma linguística em hipônimos e hiperonímias, estabelecendo uma cadeia que significa e faz significar a designação. Nessa direção, conforme Rancière (*ibidem*, p. 60):

[...] os enunciados se apropriam dos corpos e os desviam de sua destinação na medida em que não são corpos no sentido de organismos, mas quase-corpos, blocos de palavras circulando sem pai legítimo que os acompanhe até um destinatário autorizado. Por isso não produzem corpos coletivos. Antes, porém, introduzem nos corpos coletivos imaginários linhas de fratura, de desincorporação.

A designação “Espanha” compõe uma espécie de partilha do sensível, na medida em que o político existe/funciona no discurso escolar, dividindo os sujeitos e as palavras em categorias estanques e enunciáveis a partir do/pelo franquismo. O nome “Espanha”, enquanto unidade linguístico-imaginária, encontra legitimidade e autorização na base de sustentação da ditadura franquista, isto é, o Estado nacional-católico. Os sentidos que são postos em circulação nas sequências analisadas, por meio do processo de produção do dizer gestado já no índice, encontram na base das relações franquistas os sentidos que determinam “Espanha” e a materialidade de seu próprio nome. Determinado e universalizado, o nome passa a ser *regido* pelo discurso administrativo e urbano (cuja base de constituição/formulação é a pressuposição da família católica), conhecimentos e modos da organização social que permitem a pragmática do gesto, *desregularizando*, como diria Rancière *as partilhas do espaço e do tempo*.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ PÉREZ, A. **El Parvulito**. 80.ed. VALLADOLID, Espanha: MIÑON S.A., 1965.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. 4.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- HERNÁNDEZ BURGOS, C. **Las bases sociales de la dictadura y las actitudes ciudadanas durante el régimen de Franco, Granada (1936 -1976)**. Granada, Espanha: Ed. Universidad de Granada, 2012.

MILITO BARONE, C. C. **Conflicto y convivencia en el discurso pedagógico oficial durante el tardofranquismo y la transición democrática española (1965-1982)**. 2019. 479 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Doctorado En Diversidad, Subjetividad y Socialización, Departamento de Historia de La Educación y Educación Comparada, Universidad Nacional de Educación A Distancia (Uned), Espanha, 2019. **Disponível em:** <http://e-spacio.uned.es/fez/view/tesisuned:ED-Pg-DivSubSoc-Ccmilito>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MILNER, J-C. **O amor da língua**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. El discurso: ¿estructura o acontecimiento? **Décalages**, Paris, Vol. 1, N° 4, 2014b. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/16>>. Acesso em 06 fev. 2020.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, A. Adoctrinamiento e instrucción franquista a través de las imágenes de El Parvulito. In: **Texte et Image dans les Mondes hispaniques et hispano-américains**. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2007.

Submetido em: 24/01/2021.

Aprovado em: 09/10/2021.

Como referenciar este artigo:

RAGIEVICZ, Matheus França, “La nación española es un trozo de tierra”: sentidos de *Espanha* na educação primária franquista. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.40, n 01. 2021. p. 234-255.